

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

Mariana Mansano Maginador
Marina Rodrigues Crespo

RÉUS DA AUDIÊNCIA: A COBERTURA DO CASO SANDRO FERNANDES

Bauru
2012

Mariana Mansano Maginador
Marina Rodrigues Crespo

RÉUS DA AUDIÊNCIA: A COBERTURA DO CASO SANDRO FERNANDES

Relatório do Projeto Experimental apresentado como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP, sob a orientação do Prof. Dr. Carlo José Napolitano.

Bauru
2012

Dedicamos este trabalho a todos os cidadãos que sofreram com coberturas sensacionalistas e aos jornalistas que continuam lutando por um jornalismo ético e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha família. Em especial aos meus pais que sempre investiram na minha educação e que me apoiaram como puderam, mesmo nos momentos em que parecia impossível continuar.

Agradeço a todos meus tios, tias, avós e primos, sempre presentes nas minhas escolhas e atenciosos aos meus textos e publicações. Também à minha madrinha, Lucimeire de Moura. Vocês são minha base, são essenciais.

Agradeço à minha mãe, Sandra Regina Mansano, pela paciência, pelas ligações diárias, pela preocupação constante e apoio sem fim. À minha tia, Lucimeire Mansano, pelo orgulho, pela saudade, pelos livros e pela alegria. Vocês foram e são uma inspiração, meus exemplos.

Ao meu pai, Eduardo Maginador, por acreditar nos meus objetivos e aos meus irmãos, Matheus e Dudu, que são eternas fontes de amor e carinho. Amo vocês.

Aos meus amigos marilienses, Bruno, Priscilla, Gabriela, Aline, Renata e João, que mesmo um pouco ausentes e distantes, sempre me escutaram, me aguentaram e me apoiaram nas minhas escolhas desde o colégio.

Um agradecimento especial às RepMentas, Patrícia, Paula, Jakeline, Má, Kell e Tati, por serem lindas, por fazerem parte do meu amadurecimento, por me acolherem, por serem a minha festa e a minha família mais próxima durante os últimos quatro anos. Assim como ao meu amigo Murilo Fermينو, pela companhia e saudade que vai deixar.

E finalmente, à Marina, por me convidar para dividir a tarefa de produzir um documentário. Pelo companheirismo, paciência, dedicação e amizade. Espero por mais, mas só depois do diploma!

Mariana Mansano Maginador

Primeiramente aos meus pais, Izidro e Evelyn, que me apoiaram sempre em todas as minhas loucuras. Se não fosse por eles, eu não teria largado tudo e realizado o meu sonho de ser jornalista. Obrigada, amo vocês.

Ao amor da minha vida, Felipe, que também é meu marido, que foi quem mais me incentivou a continuar com minhas ideias e sonhos, mesmo quando eu estava desanimada e pensando em desistir. Meu companheiro, meu ombro, meu amigo, te amo mais que tudo.

Aos meus irmãos que, apesar de todas as minhas artes infantis, continuam me amando até hoje e são os maiores orgulhos da minha vida.

À toda minha família; avós, tios e primos, que eu sei que sempre estarão ao meu lado, não importa o caminho que eu seguir.

Às minhas amigas de colégio, que já conquistaram um lugar permanente em meu coração; Carolina, Patrícia e Larissa, que me ajudaram a praticar minha filosofia por todos os bares de Campinas. Vocês são as melhores amigas que alguém poderia ter.

A todos os amigos de Bauru que, na falta da minha família original, se tornaram minha segunda família. São tantos que não poderia enumerá-los aqui, mas cada um deixou um pouquinho de si, e me ajudou a crescer ainda mais como pessoa. Mando agradecimentos especiais às minhas irmãs Repment: Gina, Patty e Paulinha e minhas companheiras do eterno 51: Letícia e Juliette.

E agradeço particularmente à Mariana, que topou enfrentar esse trabalho junto comigo, e que, com todo o seu jeito cuidadoso e paciente, me completou no que eu mais precisava e tornou o resultado desse trabalho no que seria perfeito para mim. Foi muito bom ter uma amiga e companheira de TCC ao mesmo tempo.

Marina Rodrigues Crespo de Moura Leite

Agradecemos ainda aos entrevistados: Cristina Camargo, Paulo Ranieri, Arnaldo Ferraz, Vitor Oshiro, Denilson Mônaco, João Jabbour e Luiz Egypto, por estarem abertos ao debate em torno da questão ética na prática do jornalismo.

Ao nosso orientador, Prof. Dr. Carlo José Napolitano, pela atenção, dedicação e paciência com a equipe. Às professoras Lilian, Mayra e Larissa, exemplos como profissionais e que dedicaram grande apoio ao produto.

Ao professor Antônio Carlos Arruda, por aceitar o convite que fizemos com todo carinho para fazer parte da banca deste trabalho.

Aos amigos Carlos Henrique Cunha e Mário Augusto Maldonado, pelo trabalho profissional, carinho e bondade sem tamanho.

Mariana e Marina

“A ética deve acompanhar sempre o jornalismo,
como o zumbido acompanha o besouro.”

Gabriel García Márquez, escritor

RESUMO

O vídeo documentário pretende elucidar, por meio de entrevistas, relatos e análises, o embate ético enfrentado pela imprensa e seus profissionais diante da cobertura de casos delicados e que envolvem a violência infantil e o abuso sexual contra menores. Particularmente é dado destaque ao caso de Sandro Fernandes, advogado natural de Bauru (SP), denunciado em setembro de 2011 por quatro jovens, sendo três familiares, por ter cometido abuso sexual. Ele era conhecido por sua atuação como coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Subseção Bauru da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Bauru, de 2001 a 2002 e por ter se candidatado à prefeitura da cidade nas eleições de 2004. A produção do documentário consiste em despertar o interesse do espectador, proporcionando uma reflexão crítica sobre o tema. A produção contou com relatos de jornalistas que participaram direta ou indiretamente da apuração do caso, além de entrevistas que trazem análises críticas da cobertura.

Palavras-chave: ética, imprensa, justiça, jornalismo, abuso sexual.

Sumário

RESUMO	7
1 Apresentação	9
2 Justificativa	11
3 Caracterização do produto.....	13
3.1 Documentário.....	13
3.2 Recursos técnicos	14
3.3 Recursos humanos	15
4 Desenvolvimento	17
4.1 Pré-produção.....	17
4.2 Produção	20
4.3 Entrevistas	21
4.4 Pós-produção	27
5 Ética, justiça e jornalismo.....	29
6 Considerações	36
Referências.....	38
APÊNDICES	40
APÊNDICE A – Roteiro	41
APÊNDICE B - Roteiro de perguntas Caso Escola Base	53
APÊNDICE C - Roteiro de perguntas gerais.....	54
APÊNDICE D - Roteiro de perguntas destinadas a Luiz Egypto	55
ANEXOS	56
ANEXO A – Arte abertura	57
ANEXO B – Arte TV	57

1 Apresentação

É inegável que a cobertura jornalística é complexa quando diz respeito a casos que envolvam denúncias de violência infantil e abuso sexual contra crianças. Seja pela gravidade do crime ou pela postura de condenação colocada pelos meios de comunicação, esses temas tornam-se um dilema para o jornalista. Em Bauru (SP), o caso do advogado acusado de abusar sexualmente de quatro jovens, sendo dois deles seus próprios filhos, ganhou amplitude nos grandes jornais impressos e emissoras de televisão da cidade e ainda foi destaque nacional em diversos produtos jornalísticos, em setembro de 2011.

O advogado era conhecido por sua carreira política e *status* social dentro de entidades como a Comissão de Direitos Humanos da Subseção Bauru da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Bauru, de 2001 a 2002. Também foi candidato à prefeitura da cidade em 2004. Sua imagem como figura pública permeou a abordagem da mídia local e colocou em cheque sua reputação, mesmo antes da conclusão do julgamento penal, perante o público e perante os jornalistas que – segundo relatos colhidos durante a produção – contavam com Sandro como fonte confiável e de boa índole.

A divulgação do caso despertou uma mobilização e um questionamento sobre como o jornalista deve lidar com situações que envolvem a exposição de crianças, jovens e vítimas de abusos traumáticos, não as envolvendo diretamente na abordagem, como aconteceu com o caso bauruense.

Para tanto, o vídeo documentário “Réus da Audiência: Uma Análise do Caso Sandro Fernandes” foi produzido com o objetivo de esclarecer e promover a reflexão sobre o tema e sobre a postura tomada pela mídia, já que se notou, diante do acompanhamento das notícias veiculadas na região e de pesquisa concluída sobre o tema (OSHIRO, 2012), que os meios se apoiaram em certo sensacionalismo e exploração exacerbada do fato, mesmo antes de a Polícia Civil completar o inquérito. Discute-se, portanto, no documentário, os princípios éticos, a reflexão moral, os cuidados e os métodos de como foi realizada a produção de notícias durante o período que se seguiu da divulgação do fato.

O produto ainda procurou ressaltar o embate do profissional comunicador que, muitas vezes, precisa ser o primeiro a publicar e desvendar novidades sobre os

casos, sempre se inserindo em uma disputa que diz respeito ao mercado das grandes empresas de comunicação, submetendo-se aos princípios editoriais do meio em que presta serviço e por vezes, deixando de lado o compromisso social e com o público, de oferecer um material de qualidade e o mais próximo da imparcialidade, objetividade e ética jornalística.

2 Justificativa

A escolha do tema se baseou na pretensão de mostrar como foi realizada a cobertura do caso do advogado Sandro Fernandes - suspeito de ter abusado sexualmente dos dois filhos e outros dois parentes - na mídia de Bauru (SP) e ainda manter um olhar mais amplo sobre outros casos de pedofilia e violência contra crianças.

A ideia surgiu da proximidade profissional do acusado com uma das integrantes do grupo, estagiária no Sindicato dos Servidores Municipais de Bauru (SP), onde o advogado prestou serviços. As notícias sobre a queixa da filha de Sandro sobre possíveis abusos sexuais nos despertou um questionamento sobre quais são os limites éticos e jornalísticos que um meio de comunicação e/ou um profissional comunicador deve considerar ao noticiar um fato, ao definir, a partir de critérios de noticiabilidade, o que e como algo deve ser publicado. De acordo com Wolf (1999, p.189).

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos - do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas - para adquirirem a existência pública de notícias.

Particularmente, percebemos e nos inquietamos, como explica Bucci (2000), com a falta de reflexão ética por parte dos jornalistas, muitas vezes demonstrando certa ou até total parcialidade perante os fatos. Pareceu-nos que discussões em torno do valor-notícia, responsabilidade social e cidadã do jornalista, tão discutidas e debatidas nas salas de aula dos cursos de Comunicação Social, não fazem parte da rotina de alguns veículos. Como explica Bucci (2000, p.199).

A formação ética estimula o crescimento de profissionais críticos – e ser crítico não significa ter um olhar canhestro sobre o mundo, mas ter um olhar fundamentado, atualizado e independente sobre a área de sua cobertura (...) A prática jornalística nunca dependeu tanto da reflexão e do estudo como agora. (...) Uma redação é um núcleo encarregado de pensar. (BUCCI, 2000, p.199).

Por isso, propomos um vídeo documentário que pretende ser um incitador de questionamento e reflexão, não apenas direcionado aos profissionais ligados à área,

mas com o objetivo de atingir a sociedade e espectadores em geral, esclarecendo e promovendo a análise de como as notícias foram pautadas, apuradas e concluídas quando se tratavam do caso Sandro Fernandes.

O objetivo do vídeo é despertar um pensamento crítico por parte do receptor, seja ele leitor de jornal diário, *internet*, espectador de telejornais ou ouvinte de rádio jornais, destrinchando a construção da notícia a partir do relato dos próprios profissionais jornalistas que foram responsáveis pela apuração e publicação dos fatos especificados.

No trabalho tratamos de três situações diferentes: uma na qual a mídia pré-julgou erroneamente os suspeitos (Caso Escola Base), outra em que houve pré-julgamento e os envolvidos foram considerados culpados (casal Nardoni) e o terceiro que aconteceu em âmbito regional na cidade de Bauru, Caso Sandro Fernandes. O trabalho concluído pretende aguçar a crítica construtiva em torno da produção midiática local, mostrando, a partir de análise crítica vinda de jornalistas e pesquisadores, uma solução para o embate ético enfrentado pelos profissionais diante da veiculação de notícias polêmicas e de grande repercussão. Somando uma filmagem de qualidade a relatos concisos, o vídeo documentário pretende agir como um “observatório da imprensa”.

3 Caracterização do produto

3.1 Documentário

Como afirmou Nichols (2007, p. 26), o documentário representa e evidencia a vida real, a sociedade e sua aparência, e ainda pode ser dividido em dois tipos: o documentário de satisfação dos desejos, aqueles chamados de ficção, que “expressam aquilo que desejamos, ou tememos, que a realidade seja ou possa vir a ser”¹; e o documentário de representação social, os “que normalmente chamamos de não ficção (...) Tornam visível e audível, de maneira distinta, a matéria de que é feita a realidade social, de acordo com a seleção e a organização realizadas pelo cineasta”.

O trabalho produzido por nós estaria de acordo com o segundo conceito, já que mostra, por meio de entrevistas, a realidade de uma cobertura jornalística em torno de um tema complexo e pré-determinado pelas documentaristas. Mostra-se um retrato da realidade vivida pelos profissionais ligados aos principais meios de comunicação (impresso e audiovisual) da cidade de Bauru – SP. Ainda de acordo com Nichols (2007, p. 27):

Literalmente, os documentários dão-nos a capacidade de ver questões oportunas que necessitam de atenção. Vemos visões (fílmicas) do mundo. Essas visões colocam diante de nós questões sociais e atualidades, problemas recorrentes e soluções possíveis. O vínculo entre o documentário e o mundo histórico é forte e profundo. O documentário acrescenta uma nova dimensão à memória popular e à história social.

Acreditamos que este tipo de produto nos permite enxergar a realidade com uma visão diferenciada, claro, absorvendo a visão do documentarista e seu argumento, mas sempre, diferente do cinema de ficção, retratando a vida de “atores sociais” que não representam, mas seguem vivendo o que já vivem. “Seu valor para o cineasta consiste não no que promete uma relação contratual, mas no que a própria vida dessas pessoas incorpora”, como afirma Nichols (2007, p.31).

¹ NICHOLS, B., 2007, p.26

O documentário faz um recorte e representa a vida em sociedade ou fora dela. É pessoal, se aproxima dos entrevistados, dos relatos, das histórias contadas. É como uma fotografia, um recorte do tempo e espaço, do pensamento e das memórias daqueles selecionados para fazerem parte do roteiro. O formato conta com o acaso e com a subjetividade pessoal, tanto daquele que relata, quanto daquele que edita (diretor), mas ainda assim, é uma das formas mais diretas de se tratar um tema. Ao mesmo tempo, depende de planejamento, de roteirização prévia - mesmo que apenas das perguntas a serem destinadas aos entrevistados -, de pauta, apuração e produção.

Assim como citado por Ferreira (2009, p.52)

Para o documentarismo existem regras aconselháveis a título de normas de bom procedimento, como a de só filmar quem autoriza ser filmado, regras essas desenvolvidas ao longo do século XX (...) no documentário, como no cinema em geral, o que está sempre em causa de fundamental é a existência de um ponto de vista (...) Ora esse ponto de vista depende de uma série de factores, desde o ângulo de tomada de vistas e a escala que definem cada plano aos movimentos de câmara (ou ausência deles), passa pela utilização (ou não) de profundidade de campo e vai culminar com a montagem sequencial do material filmado, o que normalmente faz coincidir um ponto de vista fílmico com o ponto de vista narrativo.

O vídeo documentário pretende mostrar por meio das entrevistas, relatos, análises e arquivos de imagens o embate ético enfrentado pela imprensa diante de notícias polêmicas. Despertar o interesse do espectador, promovendo uma reflexão crítica sobre o tema. Provar que é possível existir um jornalismo informativo, não sensacionalista, ou seja, sem que haja abuso de imagem dos envolvidos e qualquer julgamento prévio ao judicial. A escolha dos entrevistados foi cuidadosa, focada em manter uma credibilidade que possa respaldar a real reflexão do público sobre a construção das notícias.

3.2 Recursos técnicos

Para minimizar os custos para a produção do vídeo documentário, optamos por utilizar os equipamentos do laboratório de editoração audiovisual da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação - FAAC. A câmera disponível e utilizada foi uma Sony HD 1000, com sensor de imagem CMOS e estabilizador de imagem.

Acreditamos que a qualidade audiovisual, além de ser mais atrativa, agrega credibilidade ao produto. Gostaríamos de ter utilizado um microfone de lapela, mas como não havia recursos para um possível aluguel ou investimento na compra do produto, escolhemos pela utilização de um microfone direcional, supercardióide, shotgun da marca Yoga, modelo EM-9600 (“boom”). O microfone capta sons de distâncias maiores e é muito sensível ao barulho, ideal para captar todo o som ambiente, criando uma sensação de proximidade entre telespectador e entrevistado. Ainda optamos por captar a imagem em qualidade HD (*high definition*) de 1280 x 720 pixels.

Também foram utilizados um tripé da marca Velbon, modelo CX 686 e um microfone cardioide dinâmico Shure modelo SM58. Os suportes para gravação foram cinco fitas do tipo miniDV, somando um custo total de R\$ 80.

Infelizmente, o adaptador do cabo utilizado no “boom”, emprestado pela universidade, apresentou problemas em diversas entrevistas e por isso foi necessário contar apenas com a captação de áudio da câmera, o que pode ter gerado certo prejuízo em relação à qualidade da produção.

3.3 Recursos humanos

Tentamos distribuir as funções de acordo com as afinidades das duas participantes. A integrante Marina Rodrigues Crespo ficou responsável, especificamente pela reserva e operação de câmera durante as gravações, produção do roteiro, pré-edição e produção. Enquanto à Mariana Mansano Maginador foram atribuídas as funções de operação de microfone, redação do relatório, produção e entrevista. A direção do vídeo documentário foi dividida por ambas e a edição final do produto foi feita por um amigo, estudante de Audiovisual e freelancer em edição profissional, Mario Augusto Maldonado.

Toda a arte ligada ao produto, desde recursos visuais utilizados no vídeo, até definição de logo, marca, tipografia e layout das capas e banners foi realizada por outro amigo da equipe, Carlos Henrique Cunha, designer e publicitário.

Vale ressaltar que, durante as gravações, percebemos a falta de um apoio extra. Sem a ajuda de um terceiro integrante, a responsável pela entrevista precisou, ao mesmo tempo, segurar o microfone e se manter atenta ao convidado, o que

causou certa distração e perda de foco. Mais uma vez, vale destacar a falta de um microfone de lapela, o que acabou gerando desconforto durante as entrevistas. Além de não captar o som da melhor maneira, o “boom” que conseguimos emprestado tinha um defeito irreparável no conector e só pudemos garantir uma boa captação quando o técnico do laboratório nos emprestava seu adaptador próprio.

4 Desenvolvimento

4.1 Pré-produção

A discussão em torno de qual tema seria abordado para a produção de um trabalho de conclusão de curso e o formato a ser utilizado começou em meados de abril de 2012. Passamos a nos reunir regularmente para discutir possibilidades e convergências de opinião entre ambas. O fato de poder explorar a realidade de maneira mais “palpável” e levar uma mensagem clara ao receptor nos fez optar, já a princípio, pela produção de um vídeo documentário. A partir da decisão, nos restava ainda definir o que gostaríamos de relatar.

Na época, o caso de Sandro já se desenrolava na justiça e com a pretensão de criar um produto reflexivo, decidimos abordar casos polêmicos, primeiramente, em âmbito geral, focando no eixo Rio-São Paulo e incluindo diversas investigações e situações. Ideia que logo foi deixada de lado diante das dificuldades de locomoção e financiamento do trabalho, além da necessidade de estabelecer um foco conciso para a filmagem. Foi então que optamos, finalmente, pela análise da cobertura local (mídia bauruense) e nos limites éticos da prática jornalística, tão discutidos em sala de aula e tão pouco valorizados fora dela. As opiniões de professores e orientador pesaram também na nossa decisão.

A professora e jornalista Mayra Fernanda Ferreira, que leciona a disciplina de Deontologia na Unesp, e já havia lecionado Telejornalismo II para a turma das documentaristas, nos orientou a pensar sobre um foco para o trabalho, fosse ele regional ou de acordo com um caso policial de nossa preferência, mas ao mesmo tempo, nos influenciou a seguir com nosso plano mais abrangente, acreditando ser possível concluí-lo em 6 meses.

As reuniões com a professora Mayra foram constantes, sempre buscando alcançar um tema ideal e que estivesse de acordo com as possibilidades das alunas. Além disso, ela pode nos orientar sobre a estrutura e formato do vídeo documentário, sugerindo construções e técnicas de estética.

Posteriormente, conversamos com a professora de Jornalismo Digital II na Unesp, Larissa Rosseto, sobre a intenção de abordarmos a cobertura do caso Sandro e realizar possíveis entrevistas com os envolvidos. O objetivo inicial da

conversa era saber a opinião de uma profissional inserida na área sobre o que esperar da recepção dos jornalistas da cidade em relação ao projeto e se seria possível contatar estes profissionais. Sem hesitar, ela nos incentivou a levar o projeto em frente, já que poderia nos ajudar com as fontes. E assim o fez. Ambas nos apoiaram durante toda a produção, sendo extremamente atenciosas quando precisamos de orientação.

A decisão sobre a orientação do projeto foi também influenciada pela professora Mayra, que indicou o professor Carlo José Napolitano, que já havia lecionado a disciplina de Legislação em Jornalismo durante o 2º termo para as alunas. Logo na primeira reunião, tivemos um retorno positivo e passamos a nos encontrar quinzenalmente para definição de prazos e orientação quanto à escrita e formato do projeto.

Os três consultados foram a favor de um distanciamento, assim como planejávamos, das vítimas e suspeitos. Assim, tivemos a ideia em conjunto de abordar a cobertura jornalística do assunto, mostrando os relatos e opiniões de comunicadores, tanto no âmbito regional como nacional.

A pré-produção começou então com buscas *online*. Procuramos nas plataformas dos meios de comunicação e no *youtube* vídeos, matérias e reportagens que abordassem o caso bauruense. Fizemos uma compilação *online* com *links* de materiais importantes sobre o caso. Uma das integrantes ainda separou todos os jornais impressos que trouxeram notícias sobre o caso em Bauru. Utilizamos a ferramenta disponível no *site* www.storify.com para integrar todo o conteúdo encontrado, distribuindo o material de uma maneira cronológica e com comentários, como pode ser observado na Figura 1.



Figura 1 : Captura de tela do site storify.com, ferramenta utilizada para integrar todas as referências online.

Quanto às referências de documentários, foram diversas e muito enriquecedoras. Assistimos o máximo de vídeos do gênero para nos inspirarmos e percebermos melhor a estrutura e a estética utilizada neste tipo de produto. Algumas das obras foram: “Born Into Brothels”, “Língua: Vidas em português”, “Edifício Master”, “Bem Vindo a São Paulo”, “Lixo Extraordinário”, “Beautiful Losers”, “Ética na Imprensa Brasileira na Década de 90 e as lições do Caso Escola Base”, “O Homem do Buraco”, “O Povo Brasileiro, entre outros”.

Com isso, pudemos definir o formato do documentário. Planejamos um vídeo de no máximo 30 minutos, com três blocos, podendo variar de acordo com a quantidade de material gravado e apurado até a produção final. A escolha do formato se deu pelo desejo das alunas de realizar um produto audiovisual. Escolhemos gravar o documentário de maneira direta, sem o apoio de um roteiro e de um pré-planejamento detalhado. “(...) o estilo é facilmente associado à ampla difusão do mito de que o filme documentário exige apenas o gesto de ligar a câmera e alguma sensibilidade do cineasta para com aquilo que já existe, pleno de sentido, ao seu redor” (PUCCINI, 2009, p.176).

Apesar de a concepção ser de apenas ligar a câmera e gravar, a ideia surgiu, assim como cita Puccini em seu texto, “de um processo criativo” das

documentaristas, por meio do qual apuramos quais seriam os entrevistados ideais para compor o vídeo. Organizamos listas de pretensões com o nome de figuras importantes da mídia bauruense, além de pesquisadores e fontes que pudessem acrescentar informações sobre o tema. No caso dos profissionais, buscamos um relato de como foi/é realizar a cobertura do caso e uma opinião sobre a postura ética dos meios de comunicação local e da grande mídia em relação às notícias abordadas.

Definimos ainda que entrevistaríamos críticos, fossem eles antropólogos, escritores ou redatores de grandes veículos contestadores como o Observatório da Imprensa, que acompanha o desempenho dos grandes meios nacionais com a publicação de artigos opinativos e com a função de um ombudsman e ao mesmo tempo promovendo um fórum *online* por meio do endereço www.observatoriodaimpresa.com.br. O objetivo principal e fundamental para a escolha dos entrevistados não relacionados à mídia bauruense, foi poder transmitir uma visão crítica do tema, vista de fora por pessoas não envolvidas diretamente com a cobertura jornalística do fato em questão e que pudessem ceder um olhar amplo sobre o caso.

Outro ponto a ser discutido deveria ser a opinião pública, ou seja, tudo o que diz respeito às reações da população local diante das publicações sobre Sandro Fernandes e a acusação contra ele na cidade. Resolvemos colher o depoimento do povo nas ruas de Bauru para que, a partir da visão do receptor, pudéssemos entender como e qual é o tamanho da influência das notícias na opinião dos cidadãos. Além disso, provocando-os também a avaliarem a cobertura da imprensa. Porém, por não ser considerada parte fundamental do produto, que é mais focado no comportamento da mídia, retiramos do processo por questão de tempo e logística. Nas oportunidades em que tentamos gravar, as pessoas nas ruas não se mostraram interessadas em opinar e o material não pôde ser aproveitado.

4.2 Produção

Antes de gravarmos entrevistas com as fontes escolhidas, acompanhamos a cobertura da mídia diretamente no Fórum nos dias em que audiências estavam marcadas para ouvir as vítimas e os possíveis envolvidos nos casos de abuso

sexual. Na primeira tentativa, no dia 14 de junho, as gravações não tiveram sucesso. Acabamos chegando ao local minutos depois que todas as testemunhas já haviam entrado no prédio.

Na segunda vez, no dia 9 de agosto, conseguimos captar imagens da imprensa reunida em frente ao local e de como uma audiência judicial, de um caso que corre em segredo de justiça - ou seja, os jornalistas não teriam nenhuma informação privilegiada ficando ali - pode causar uma comoção da mídia, que esteve presente no local com pelo menos um representante de cada grande meio de comunicação da cidade. Uma das dificuldades encontradas foi a tentativa frustrada de gravação de um “fala-povo” no local. Esta modalidade de entrevista consiste em colher depoimentos curtos e diretos dos cidadãos em geral, normalmente em locais públicos. Mas, infelizmente, todos os cidadãos que paravam para nos dar atenção nas proximidades do Fórum aparentavam ter certo medo de expor sua opinião sobre a mídia e sobre o caso do advogado bauruense. Muitas vezes, pela proximidade em relação ao suspeito e até mesmo porque os profissionais do local conheciam a figura de Sandro e muitas vezes temiam represálias.

De qualquer forma, conversando com essas pessoas, ficou evidente a dúvida que paira na população em geral sobre o caso. A maioria dos abordados confessou em *off* não ter certeza sobre a culpa do envolvido. Ficamos no local por cerca de duas horas.

4.3 Entrevistas

A primeira entrevista foi realizada no dia 8 de agosto com a repórter e editora do Jornal Bom Dia de Bauru, Cristina Camargo, responsável por parte da cobertura do caso Sandro Fernandes. Chegamos ao local por volta das 14h. A conversa com a jornalista durou cerca de uma hora e meia, já que informalmente, introduzimos o assunto e tentamos deixá-la se sentir a vontade para expor sua opinião.

Por ser a primeira entrevista, ainda encontramos certa dificuldade técnica para a montagem e adequação de aparelhos de filmagem. Não foi possível ter um microfone de lapela para a gravação e, com o grupo limitado a duas pessoas, foi difícil lidar com os detalhes técnicos. A sala sugerida pela entrevista para a gravação

tinha espaço restrito e não foi possível organizar um cenário de fundo que pudesse contrapor a figura da profissional.

O bate-papo foi interessante. A princípio esclarecemos alguns pontos sobre o trabalho a ser desenvolvido e posteriormente demos início às perguntas. Percebeu-se certa dificuldade de abordagem no momento de conduzir a entrevista. Apesar do preparo de um roteiro com os principais pontos a serem questionados, acabamos nos restringindo a poucas perguntas, o que levou a entrevistada a repetir muitas falas. Também não havíamos definido quanto tempo, em média, seria gasto para concluir a entrevista e ao terminar, com cerca de vinte minutos, não tivemos uma boa impressão. Apesar dos problemas, o resultado final acabou satisfatório. O depoimento foi rico e esclarecedor e nos proporcionou uma visão mais direta do tema e da cobertura do caso. Os erros também fizeram com que algumas questões sobre planejamento fossem absorvidas pela equipe.

Cristina demonstrou muito profissionalismo e nos deu sua opinião com concisão. Opinou sobre o que deveria e destacou a polêmica que envolve o caso do advogado. Ela nos revelou que por trabalhar há anos em Bauru, conhecia o entrevistado apenas como fonte e assim como todo cidadão o conhecia.

A segunda entrevista foi com Paulo Ranieri, jornalista, pesquisador e professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie. O entrevistado foi escolhido por ter produzido como trabalho de conclusão de curso o documentário “Ética na Imprensa Brasileira na Década de 90 e as lições do Caso Escola Base”, no ano de 2004, quando o julgamento completava dez anos.

Foi preciso encontrar o entrevistado em São Paulo – SP, no dia 24 de agosto. Com o mesmo material técnico da primeira entrevista e, desta vez, com maior preparo, roteiro completo com perguntas e até mesmo uma maior segurança por parte das integrantes, a conversa se deu da melhor forma possível e conseguimos colher de Paulo todas as informações necessárias para compor a produção. Tanto em relação à produção de seu próprio documentário, mas também com relação à postura da mídia, questionada em seu trabalho e também em nosso projeto. A entrevista não levou mais que 40 minutos, já que, com o trânsito, chegamos atrasadas ao local. Além disso, Paulo precisaria lecionar naquela mesma tarde.

Mais uma vez sofremos com alguns fatores técnicos. O tripé foi esquecido em Bauru e tivemos que improvisar, com livros e outros objetos, um apoio para a

câmera. No início da entrevista, a imagem ficou um pouco tremida, já que a Marina precisou segurar a câmera no ombro. Além disso, o cabo que conecta o “boom” à câmera apresentou problemas e o áudio precisou ser capturado pelo microfone do próprio equipamento. Outro ponto negativo: a gravação foi registrada em resolução comum, e não em alta definição (*high definition*), como tínhamos definido a princípio. Por algum motivo, o técnico da Unesp, que normalmente checava esta configuração e já deixava a câmera pronta para a gravação, se esqueceu de tal detalhe e ainda, como responsáveis pela gravação, não lembramos de conferir.

Já a terceira entrevista foi realizada no dia 4 de setembro, desta vez com Arnaldo Ferraz, chefe de jornalismo da Rede Record. Escolhemos o profissional para que conseguíssemos obter uma visão ampla, não apenas como representante do meio de comunicação em questão, mas também na posição de experiente repórter correspondente da Rede Globo, por quase 18 anos. A abordagem da entrevista teve foco na produção da emissora, considerada imparcial pelas produtoras da equipe. A política adotada por ele, em uma posição de chefia, foi questionada. Principalmente no que diz respeito à cobertura de casos polêmicos, que envolvem ou que podem comprometer um cidadão e que exigem maior reflexão do comunicador, como no caso de Sandro Fernandes. A entrevista transpareceu o cuidado do entrevistado em mostrar todos os lados do caso. Ele destacou diversas vezes a importância da apuração e do cuidado com o “furo jornalístico”.

Um fator importante foi planejar melhor o roteiro de perguntas para cada entrevistado e focar em alguns pontos específicos de cada profissão e mídia. Desta vez, as dificuldades técnicas já foram ultrapassadas. Soubemos lidar com mais facilidade com os equipamentos e ajustes.

Por outro lado, logo no início da entrevista, percebemos que o entrevistado apareceria em um ângulo ruim, devido ao local em que estava alocada a cadeira de uma de nós, no papel de entrevistadora. A posição precisou ser alterada com a câmera ligada, durante as perguntas, o que pode prejudicar o uso de alguma imagem. Outro fator negativo é o fato de termos gravados no hall de um prédio. O movimento de algumas pessoas no local prejudicou o material com ruídos em alguns momentos. A escolha foi do entrevistado, que não conseguiu uma liberação para a equipe entrar com equipamento de vídeo na própria sede da regional da Rede Record em Bauru. Além disso, dessa vez, usamos um adaptador emprestado para

que o microfone funcionasse corretamente. O encontro durou cerca de uma hora e meia e rendeu cerca de 40 minutos de gravação.

O quarto entrevistado foi o jornalista Vitor Hiromitsu Ferreira Oshiro. Em sua especialização, Língua, Cultura e Mídia, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, pelo Departamento de Ciências Humanas da UNESP, concluída em meados deste ano, Vitor desenvolveu o projeto *“A mídia e a violência sexual contra crianças e adolescentes: Análise do Caso Sandro Fernandes”*, onde ele analisou todas as notícias sobre o tema veiculados nos dois jornais impressos de Bauru (Jornal da Cidade e Jornal Bom Dia) entre o período 27 de setembro de 2011 a 7 de outubro de 2011. O projeto concluiu que

a significativa cobertura dedicada ao tema não convergiu com um caráter qualitativo emancipados. Enquanto reportagens se concentravam nos detalhes e nos bastidores do caso, escassos serviços, dados e legislações sobre a problemática foram oferecidos. Além do aspecto sensacional utilizado, em raros momentos, a cobertura saiu da superficialidade e da singularidade de fontes em direção a um mero esboço das nuances que permeiam a contextualização real da violência sexual contra crianças e adolescentes (OSHIRO, 2012, p.1).

Diante da pesquisa, achamos fundamental a conversa com Vitor, já que ele poderia fornecer informações concretas sobre a cobertura midiática diante do caso e ao mesmo tempo, opinar como profissional formado e atuante, sobre como as notícias do tema são veiculadas e como foram produzidas no Jornal da Cidade, onde também atua.

Encontramos Vitor no dia 27 de setembro, na sede da TV USP, no campus da Faculdade de Odontologia de Bauru, onde ele atua como repórter. Pudemos utilizar como cenário o estúdio do local. O entrevistado contribuiu com a gravação levando jornais impressos e livros sobre o tema, assim pudemos nos aprofundar na entrevista e fazer imagens relevantes para o momento da edição final do produto.

O roteiro de perguntas, desta vez, foi menos utilizado a partir do momento em que resolvemos realmente focar na pesquisa de Vitor. Precisamos pensar em algumas perguntas concomitantemente à filmagem, mas o fizemos com fluidez. Vitor trouxe dados relevantes, mesmo diante de uma série pequena de reportagens analisadas. Foi notório que o artigo comprovava aquilo que já se acreditava: a

cobertura do caso foi sensacionalista e não cumpriu a sua função social em relação ao tema, pouco aprofundado em ambos os jornais impressos bauruenses.

Em relação à montagem e eficiência do equipamento, mais uma vez tivemos problemas com o adaptador do “boom”. Tentamos inclusive utilizar um microfone de lapela oferecido pelo próprio entrevistado, mas sem êxito, já que a câmera não tinha a saída de áudio necessária. Dependemos então do microfone acoplado ao equipamento audiovisual, mas a princípio o áudio foi captado com sucesso. O estúdio tinha paredes com isolamento que influenciaram positivamente no resultado final da entrevista gravada. Passamos cerca de uma hora no local e captamos 20 minutos de depoimento.

No dia seguinte, 28 de outubro, entrevistamos Denilson Mônaco, chefe de redação e reportagem da TV Tem – afiliada da Rede Globo em Bauru. Na entrevista seguimos o mesmo roteiro de perguntas utilizado com Arnaldo Ferraz, uma vez que, diante da posição de chefia que ambos ocupam nas emissoras, as decisões e impasses a serem discutidos na cobertura de casos como o de Sandro seriam os mesmos.

Ainda durante a pré-produção tivemos certa dificuldade quanto à liberação do profissional para a entrevista. Problema este que foi contornado assim que encaminhamos um e-mail com a proposta do documentário a ser produzido. Obtivemos uma autorização da diretoria.

A entrevista foi marcada para o dia 28 de setembro, em torno das 15h. Chegamos à TV, local onde uma de nós estagia e fomos recebidas na redação. Uma sala de recepção foi a escolha do cenário para evitar o barulho da redação e a presença de outros funcionários. Um cinegrafista do local tentou inclusive conseguir um adaptador que funcionasse para o boom, que mais uma vez apresentou mau contato, mas, sem sucesso, precisamos utilizar a captação de áudio da própria câmera.

A entrevista durou cerca de uma hora e meia e o profissional deixou bem clara a postura da equipe em cobrir o tema e destacou o apoio nas fontes oficiais para que erros não fossem cometidos com relação às informações. Abordamos as coberturas dos casos Escola Base e Isabela Nardoni e conseguimos obter com sucesso declarações sobre a postura ética dos jornalistas nos dois casos.

Quanto ao transcorrer da entrevista, foi possível sentir uma segurança muito maior das documentaristas, tanto no quesito preparo para entrevista, quanto para lidar com a própria aparelhagem técnica, procurando sempre escolher bons posicionamentos e iluminação.

Na mesma tarde, nos dirigimos até o Jornal da Cidade já que sentimos a necessidade de questionar a postura do impresso diretamente com seu diretor de redação, João Jabbour. A entrevista havia sido marcada um dia antes, por celular, quando Vitor Oshiro, um dos entrevistados, sugeriu que tentássemos o contato. Jabbour aceitou o convite de prontidão e nos atendeu em uma sala na redação do jornal.

A princípio esclarecemos todas as dúvidas do entrevistado em relação ao tema do produto, ele precisou se retirar para buscar as respostas de algumas questões na redação e cerca de dez minutos depois, quando retornou à sala, nos deixou a vontade para questionar. Já neste depoimento desistimos de tentar usar o microfone que vinha apresentando mau contato e nos focamos em fazer perguntas um pouco diferenciadas das que havíamos direcionado aos profissionais da televisão, mas sempre seguindo uma linha de raciocínio que pudesse interligar as respostas obtidas.

Jabbour surpreendeu a equipe por sua sinceridade em relação à postura do meio de comunicação em que trabalha, inclusive admitindo certas falhas na cobertura e apontando o que deveria ter sido explorado com mais ênfase. Destacou ainda, a tentativa – mesmo que em vão – de preservar as vítimas, omitindo até os dias atuais – cerca de um ano depois de o caso vir à tona - os nomes dos envolvidos. A entrevista durou cerca de uma hora e colhemos em torno de 20 minutos de conversa. Esta foi a última gravação realizada em Bauru, onde pudemos entrevistar um profissional de cada grande meio de comunicação da cidade.

Optamos por deixar de lado as empresas radiofônicas, que ficaram fora do contexto de apuração já que o conteúdo a ser exposto não seria muito atrativo em filme, justamente pelo fato de serem apenas podcasts. Além disso, já havíamos colhido muito material e com mais gravações, fugiríamos da proposta de levar o filme a apenas 30 minutos.

Para finalizar, viajamos a São Luiz do Paraitinga, pequena cidade no Vale do Paraíba, onde reside Luiz Egypto, nosso último entrevistado. Luiz é redator-chefe do

portal www.observatoriodaimprensa.com.br. O site traz como pauta principal a crítica de mídia, e foi criado pelo jornalista Alberto Dines, para ser “como um fórum permanente onde os usuários da mídia – leitores, ouvintes, telespectadores e internautas –, organizados em associações desvinculadas do estabelecimento jornalístico, poderão manifestar-se e participar ativamente num processo no qual, até há pouco, desempenhavam o papel de agentes passivos”, como é explicado no próprio sítio.

Escolhemos o profissional, pois tínhamos como intenção, colher depoimentos mais reflexivos e que pudessem destacar uma visão exterior a que viveram os jornalistas que residem em Bauru e que fizeram parte do processo de cobertura do Caso Sandro Fernandes.

Viajamos até a cidade no dia 29 de setembro com o carro da Marina e nos hospedamos durante o final de semana. Os gastos totais giraram em torno de R\$ 600, incluindo estadia, combustível, pedágios e alimentação.

No local, nos encontramos com Egypto em sua casa e pudemos contar um pouco sobre a história que ganhara destaque no Centro-Oeste paulista. Inclusive, ele se surpreendeu com os fatos e, ainda mais, por não ter recebido nenhum artigo sobre o tema no fórum do observatório.

No caso desta entrevista, buscamos colocar as perguntas de maneira universal sobre coberturas de casos de violência contra a criança. E tentamos explorar a opinião do profissional diante do caso Escola Base e do caso Nardoni, já definidos anteriormente pelas documentaristas como pontos secundários de apoio da discussão desenvolvida no projeto. Foi abordada ainda a relação entre mídia e justiça, além é claro da ética e deontologia que deveriam permear as coberturas jornalísticas deste tipo. Egypto se colocou criticamente e destacou ainda pontos importantes do jornalismo como profissão na atualidade, como por exemplo, a influência da internet, blogosfera e redes sociais no desenvolvimento de um novo fluxo de informações em tempo real.

4.4 Pós-produção

Depois de termos todo o material colhido foi preciso digitalizar as fitas usadas para a gravação. O trabalho ficou com Larissa Andrade, técnica no Laboratório de

TV da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação, da UNESP. As entrevistas ficaram separadas por entrevista, para facilitar o trabalho de montagem, que coube à Marina Crespo, integrante da equipe.

Os trabalhos de edição tiveram início na última semana do mês de setembro. A montagem, seleção de cenas, cortes e roteirização foram feitos concomitantemente pela aluna. Ainda neste período, foram feitas as gravações das imagens dos jornais impressos que continham matérias sobre o Caso Sandro Fernandes, que já haviam sido separados pela equipe durante a cobertura do caso, que teve início em 2011.

As artes, incluindo os GC's (gerador de caracteres), usados para identificar quem aparece na tela e imagens para cobertura de narrativa, haviam sido produzidos pelo amigo e editor profissional, Mário A. Maldonado, mas os arquivos acabaram sendo corrompidos um dia antes da edição final (6 de novembro). Por isso, alguns detalhes pensados com mais calma e melhores produzidos, foram perdidos e precisaram ser refeitos com prazo curtíssimo, sendo impossível reproduzir a mesma qualidade.

Imagens das matérias veiculadas pela filial da Rede Globo em Bauru, a TV Tem, que haviam sido requisitadas com antecedência pela equipe ficaram prontas com atraso devido a problemas técnicos na emissora. O DVD, com as imagens fundamentais para a edição, chegou para edição na tarde do dia 6 de novembro, o que também atrasou o processo.

Desde a manhã da véspera do protocolo do produto, o editor esteve na casa das documentaristas para os trabalhos de pós-produção, entre eles, inserção de passagens, efeitos e trilha sonora do documentário. Infelizmente, foi impossível tratar as imagens da melhor maneira, portanto, algumas entrevistas como a de Paulo Ranieri e Arnaldo Ferraz, que foram prejudicadas pelo ambiente de gravação, acabaram sendo inseridas no produto final sem o tratamento adequado para o vídeo em full HD.

Os trabalhos foram encerrados às 4h da madrugada do dia 7 de novembro e a renderização do material foi encerrada cerca de três horas depois.

5 Ética, justiça e jornalismo

A relação entre estes três campos se mostrou complexa na medida em que diversas questões analisadas pelas documentaristas se mostraram essenciais na busca pela verdade durante a coleta de material para uso na construção do produto audiovisual em questão. É inevitável relacioná-los sem perceber certa dependência entre todos eles. A princípio, tanto a justiça como o jornalismo se baseiam nos princípios éticos. Seja um juiz, um promotor, vítima, acusação ou um comunicador, sempre haverá um apoio e uma reflexão em torno da razão e dos valores morais da sociedade em geral ou dos envolvidos, para que uma definição seja acatada, tomada ou exigida. O vínculo entre ética, justiça e jornalismo é estreito e envolve inúmeras questões. Mas e a relação direta entre a segunda e a terceira?

Diversos pontos divergem no âmbito da busca da verdade jurídica e jornalística. Garapon (2007), compara a relação entre estas duas instâncias sociais e critica a postura da mídia. Para o autor,

A mídia não se contenta mais em relatar o que a justiça faz, em criticá-la quando necessário, que é o seu papel. Ela copia métodos da justiça, o que torna, aliás, a leitura de certos jornais tão enfadonha quanto a dos relatórios da polícia (...) A mídia gaba-se de ter as mesmas qualidades de um juiz de instrução: paciência, inquérito e se consideram desobrigados de qualquer responsabilidade, desde que cite suas fontes.” (GARAPON, A., 2001, p.77).

Pode-se afirmar, no âmbito da comunicação, que estes aspectos ressaltados por Garapon não são características universais, porém, é inegável que os profissionais jornalistas nem sempre refletem, reescrevem, se preocupam com a apuração de maneira adequada. Muitos se baseiam em fontes restritas, meramente oficiais, deixando assim de explorar questões muito mais ricas em casos criminais, sem trazer à tona a função social que um factual, como o exemplo de abuso sexual abordado durante o vídeo documentário, pode e deve despertar durante a apuração e conclusão de um texto jornalístico.

Oshiro (2012) constata em sua pesquisa, que no caso bauruense, pouco foi feito nos jornais impressos para atingir esse limiar diferenciado durante a cobertura do caso. De acordo com a análise, no Jornal da Cidade, das onze reportagens analisadas, nove não abordaram o tema de forma a melhorar a compreensão do

leitor em torno da questão; no Jornal Bom Dia, o resultado foi o mesmo. Em relação aos serviços que deveriam ser prestados, os resultados também são preocupantes. Em ambos, nenhuma das reportagens apresentou meios para denunciar o problema, instituições, opções de tratamento, etc., de maneira direta, como afirma Oshiro (2012, p.17).

a leitura dos dados encontrados no presente trabalho mostra insuficiência muito grande na cobertura do caso Sandro Fernandes. O nível de ausência, que supera os 80%, da discussão de causas e soluções localizado em ambos os veículos é preocupante.

Entende-se que a mídia deve procurar revelar a verdade ao receptor da maneira mais transparente possível, com apuração, qualidade, preocupação social e responsabilidade ética. E esta busca pela verdade não fica tão longe das investigações judiciais. O que se deve distinguir são as maneiras com que estas buscas são feitas, ou seja, com e sem respaldo da lei. No caso dos meios de comunicação, os repórteres, mesmo graduados, não são preparados para investigar, não têm conhecimento tácito e prático para provar informações e encontrá-las de maneira a não atingir prejudicialmente os envolvidos e a opinião daqueles que recebem a notícia. Já em relação à justiça, a postura é diferente. Os profissionais são treinados, são capacitados e agem de acordo com a lei, respeitando a privacidade, os direitos de imagem, e não omitindo a sua posição como tais. Tal questão é detalhadamente discutida por Christofolletti. (2008).

A relação entre a justiça e a mídia é estreita e complicada. Ao mesmo tempo em que uma se apoia na outra para divulgação de investigações ou para compartilhar informações apuradas *in loco*, as instituições procuram umas as outras por interesses específicos. Por exemplo, as delegacias de polícia têm grande interesse em divulgar ao povo suas conquistas, como grandes apreensões, prisões e soluções de casos, muitas vezes, as figuras de liderança buscam até mesmo certo *status* positivo perante a sociedade. É preciso mostrar para o cidadão que alguém age para sua segurança, combatendo o crime e praticando a justiça. Por outro lado, as empresas de comunicação procuram e precisam de fontes oficiais para dar respaldo às suas divulgações. A grande questão a ser refletida é: o comunicador consegue colher aquilo que lhe é necessário no dia a dia da redação sem que crie uma dependência em relação à justiça e suas fontes oficiais?

Esta é uma tarefa difícil, porém essencial na profissão. É preciso cautela, checagem, apuração, confirmação. Só depois de todas as precauções é que uma notícia fica pronta sem deixar rastros de possíveis erros. O que dificulta é o prazo, é a busca pelo furo, a preocupação em ser o primeiro, além é claro do apelo comercial e da dependência publicitária dos grandes meios de comunicação, como fatores que muitas vezes deixam em segundo plano a qualidade de uma notícia e a reflexão ética em torno dela. Erros já prejudicaram e continuam prejudicando envolvidos em vários níveis.

Na mídia e na sociedade, é relativamente comum assistir a casos de pré-julgamento: condena-se antes da Justiça. Aí, jornais e revistas estampam os rostos de suspeitos como se exibissem à sociedade seus inimigos; a televisão e o rádio espalham a suspeita e inflacionam um processo de corrosão da reputação dos envolvidos; em paralelo, sites – sempre apressados – reforçam o alerta e a acusação, e blogs – nem sempre com finalidades jornalísticas – disseminam boatos e informações deliberadamente falsas (sob a forma de humor ou difamação mesmo). Resultado: publicamente acontece um linchamento social dos suspeitos. Mas e se eles não forem responsáveis pelo crime de que são acusados? (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.59).

O autor ainda ressalta em sua obra que o pré-julgamento dos meios de comunicação e sua postura, muitas vezes, de acusação, é um dos principais crimes que o jornalismo comete. Ele ainda sugere que os profissionais devam absorver a presunção da inocência, um princípio constitucional que estabelece a inocência do suspeito/acusado, até que este seja sentenciado. O caso da Escola Base, abordado no vídeo documentário, é um grande marco na história da mídia, infelizmente, por ter sido um dos maiores erros da imprensa. A denúncia de mães sobre possíveis casos de abuso sexual em uma escola de educação infantil, no ano de 1994, em São Paulo, acusava os diretores e sócios do local de promoverem encontros com alunos para a prática de pedofilia. A mídia deu voz a um delegado que se aproveitou do momento para se promover, e ao mesmo tempo, não buscou outras fontes, confiando na palavra oficial mesmo antes do inquérito ser concluído, como descreve Passos (2011, p.78).

A denúncia partiu de duas mães de alunos. Tornou-se manchete vulgar de jornais impressos e telejornais. O clamor público culminou

com a invasão do prédio da escola – que era alugado – e a sua total destruição. Sobreveio o massacre público e jornalístico dos acusados e a destruição completa de suas vidas pessoais e profissionais. (...) O inquérito policial, vazio, foi arquivado, nada concluindo contra os acusados. (...) Foi o maior caso de erro, leviandade, falta de ética ou coisa parecida que já aconteceu na imprensa brasileira.

Christofoletti também ressalta a posição da mídia mesmo em casos em que uma investigação foi finalizada e sentenciada. Segundo ele, os meios de comunicação deixam a verdade de lado para defender sua própria posição diante de uma notícia, ao mesmo tempo em que deixam de considerar que “a finalidade da justiça é corrigir uma perturbação profunda causada à ‘fortaleza da consciência coletiva’, teria dito Durkheim”, ressalta. Para ele o tempo não segue, fica imóvel; não se chega a uma decisão final, porque simplesmente um veículo impede que a verdade judicial seja recebida como tal pelo público e causa certo estranhamento, dúvida e questionamento.

No caso da Escola Base, citado anteriormente, sabe-se que mesmo após o arquivamento do processo, todos os envolvidos não conseguiram seguir suas vidas normalmente. Todos sofrem de problemas psiquiátricos, estão depressivos. Mesmo com o dinheiro de alguns processos, nunca conseguiram retomar a vida normal. Tiveram o patrimônio destruído por vândalos, pessoas que acreditaram no que foi noticiado – casa, escola, carros, imagem. Eles nunca mais puderam trabalhar com crianças e hoje vivem a mesma situação, senão pior. “A mídia preocupa-se mais com as intrigas do que em buscar a verdade. Um novo impulso, sempre possível para uma mídia amante de novidades, impede que cada caso encontre um dia seu ponto final”. (CHRISTOFOLETTI, R., 2008, p. 83)

Garapon (2001, p.74) destaca a relação da imprensa com as leis e com a democracia:

A mídia desperta a ilusão da democracia direta, quer dizer, o sonho de um acesso livre à verdade, livre de qualquer mediação. Este sonho é tão antigo quanto a democracia, pelo menos desde quando ela deixou as fronteiras da cidade de Atenas. Democracia direta e justiça salvadora se retroalimentam; elas têm algo simétrico. A primeira contorna a regra para buscar caução diretamente da opinião pública, a segunda emancipa-se da regra em nome de uma verdade transcendental. A primeira convoca todo mundo; a segunda, ao contrário, esquece qualquer controle. A primeira substitui o direito pelo bom senso, a razão pela emoção; a segunda invoca o Estado de direito contra o próprio direito.

A ética já não se contrapõe como justiça e mídia. Ela está presente em ambas, é parte fundamental do desenvolvimento profissional dentro de qualquer uma destas instâncias, é intrínseca ao ser humano. A reflexão diante de um julgamento, diante de uma apuração, é inevitável e necessária. Como afirmou Bucci:

A ética jornalística não se resume a uma normatização do comportamento de repórteres e editores; encarna valores que só fazem sentido se forem seguidos tanto por empregados da mídia como por empregadores – e se tiverem como seus vigilantes os cidadãos do público. A liberdade de imprensa é um princípio inegociável, ele existe para beneficiar a sociedade democrática em sua dimensão civil e pública, não como uma prerrogativa de negócios sem limites na área da mídia e das telecomunicações, em dimensões nacionais e transnacionais (BUCCI, 2000, p.12).

A liberdade de imprensa é essencial, “é um dos pressupostos do estado democrático de direito. A imprensa é a atividade livre de difusão de conhecimento, de cultura, de entretenimento, e, sobretudo, de informação”, como afirma Passos (p.79). A imprensa é a responsável por registrar historicamente tudo aquilo que é de interesse público, deve ser livre, independente e ter respaldo da lei.

A liberdade de imprensa vem consubstanciada em alguns dispositivos, especialmente no artigo 220 da Constituição Federal de 05-10-1988, que dispõe acerca da ausência de restrições quanto à manifestação do pensamento, criação, expressão e informação, em qualquer forma, processo ou veículo, dentro do que dispõe o seu texto, aduzindo o seu § 1º que nenhuma lei conterá disposição que venha a constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, com a observância de comandos contidos no art. 5º, incisos IV², V³, X⁴, XIII⁵ e XIV⁶ (...) Há, portanto, um arcabouço ético-legal insculpido em nossa Lei Maior, dispondo acerca da liberdade de informação, de expressão e de imprensa, enfim, de liberdade de expressão jornalística. (PASSOS, R., 2011, p.80).

² Art. 5º, inciso IV. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

³ Art. 5º, inciso V. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

⁴ Art. 5º, inciso X. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

⁵ Art. 5º, inciso XIII. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

⁶ Art. 5º, inciso XIV. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

No caso citado, percebe-se que a liberdade foi usada sem cautela. O possível abuso das crianças era sim de interesse público, mas detalhes como o nome do colégio, localização, nomes dos suspeitos, poderiam ter sido omitidos até que a justiça tivesse reunidas provas concretas que comprovassem a suspeita das mães que fizeram a denúncia, o que acabou não acontecendo. O questionamento prévio antes de publicar uma notícia é essencial.

A informação implica ser mediada por uma ética que, sem apegar-se somente a normas de conduta, reflita uma própria teoria moral querompa com a moralidade conservadora, legalidade e dominação vigentes e construa-se com base em valores como liberdade e humanidade. (KARAM, 1997, p. 22).

Em relação ao Caso Sandro Fernandes, retratado no documentário, é passível a discussão sobre a sua posição política. Seu histórico exemplar como Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Subseção Bauru da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Bauru, de 2001 a 2002 e candidato à prefeitura de Bauru em 2004, foi uma das principais alegações dos representantes dos meios de comunicação entrevistados no que diz respeito à cobertura exacerbada da mídia bauruense em torno da denúncia. É evidente que o suspeito era uma figura pública, conhecida por toda a população e que se mostrou sempre disposto a lutar pelo bem social – também de acordo com as entrevistas realizadas durante a produção do vídeo documentário aqui apresentado. Portanto, além é claro do interesse público envolvido na questão, existia e existe ainda um estranhamento diante das questões levantadas pela denúncia contra ele. Como um homem que luta pelos Direitos Humanos abusa da própria filha? E pior, do filho de 9 anos?

Chaia (2011, p.64), observa a partir de Thompson, que alguns jornalistas se colocam em posição errônea

se consideram “guardiões do interesse público” e atuam, no sentido de revelar os segredos dos poderes. Também não se pode deixar de considerar que existe um interesse comercial na divulgação dos escândalos, já que esse fenômeno ‘vende’. Todos os cidadãos, em princípio, são iguais perante a lei, mas nem todos possuem visibilidade, porque não ocupam posições públicas importantes numa determinada sociedade.

Acreditamos é claro que o jornalista é o responsável, senão o único profissional capacitado, para atender o interesse público e o interesse do público. Recebendo sugestões de pauta, apurando denúncias, investigando-as e procurando oferecer um retorno adequado, justo e ético para os receptores. Mas é necessário insistir. É preciso apuração incansável para confirmação dos fatos, estudo dos casos, procura por um maior número de fontes que confirmem uma possível afirmação. Enfim, a reflexão moral é parte essencial da prática jornalística de qualidade.

6 Considerações

Este relatório procurou esclarecer o objetivo da produção do vídeo documentário que pretende elucidar o espectador sobre a postura dos jornalistas e meios de comunicação diante de notícias que envolvem temas complexos e polêmicos. O foco diz respeito à cobertura do Caso Sandro Fernandes, que aconteceu em meados de setembro de 2011 na cidade de Bauru, no interior de São Paulo.

Foi feito um paralelo com conceitos éticos e recomendações jornalísticas que permeiam a vida profissional como aspecto fundamental de um bom resultado, apuração concisa e que pode despertar uma reflexão moral por meio de uma publicação noticiosa.

As entrevistas com os jornalistas que tiveram relação com a apuração das notícias que nortearam o caso deixaram clara a postura de cada emissora/jornal impresso ao qual representavam. Fossem de cargos superiores ou repórteres, todos tiveram abertura para opinarem, se negarem a responder e se posicionarem como bem entendessem sobre o caso e ainda, sobre outros casos em que se percebeu uma abordagem sensacionalista da mídia.

Foi discutido o embate ético da imprensa diante de casos em que existe uma linha tênue entre a informação prestada de acordo com o interesse público e a informação sensacionalista, que chamam a atenção dos receptores pela cobertura repetitiva e que muitas vezes pouco tem a acrescentar, senão noticiar mais do mesmo.

A entrevista com Vitor Oshiro respalda a ideia do produto, mostrando que os jornais impressos bauruenses exageraram na exposição dos envolvidos durante a divulgação dos fatos, além de praticamente não cumprirem com a função social da categoria. Outros depoimentos de profissionais diretamente ligados aos meios de comunicação da cidade, colhidos durante a produção, também reafirmaram a questão e a postura que alguns jornalistas tomam diante destes temas.

O vídeo desperta o interesse do espectador promovendo um debate sobre a ética do profissional, procurando ser imparcial e prestando um serviço à comunidade que normalmente recebe conteúdos “mastigados”, ou seja, com uma abordagem que conclui um caso e não promove a reflexão em torno do problema em questão. O

material ainda pode ser um fomentador da discussão sobre o tema entre profissionais de comunicação, estudantes e comunidade em geral.

Referências

- _____. **Introdução ao roteiro de documentário**. 2009. Disponível em: <www.doc.ubi.pt>. Acesso em: 09 jan. 2010.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6ª Edição. São Paulo, Ed. Atlas, 2004.
- ARBEX JR., José. **Showrnlismo, a notícia como espetáculo**. São Paulo, Casa Amarela, 2001.
- BARBOSA, Marcelo Araújo. **Violência e sensacionalismo na televisão brasileira: um estudo do Linha Direta**. Trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social, UFJF, 2007.
- BASTOS, Lília da Rocha e outros. **Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias**. 5ª Edição. São Paulo: LTC – LivrosTécnicos e Científicos, 2000.
- BERNARD, Sheila C. **Documentário: técnicas para uma produção de alto impacto**. Ed. Elsevier. Rio de Janeiro, 2008.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CHAIA, Vera. **Democracia e escândalos políticos**. In: São Paulo em Perspectiva, 15 (4). São Paulo: 2001.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 121 p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a07.pdf>.
- GAIA, Rossana V. **Elementos Para Uma Reflexão Sobre Ética No Jornalismo**. XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/62175934/COMUNICACAO-Comunicacao-e-politica-elementos-para-uma-reflexao-sobre-etica-no-jornalismo>. Acesso em: 4 nov. 2012.
- GARAPON, Antoine. **O juiz e a democracia: o guardião das promessas**. RJ: Revan, 2001.
- GUARESCHI, Pedrinho A. **Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder**. Revista Debates, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, jul.-dez. 2007. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/2505/1286>, acessado no dia 15 de maio de 2012.
- KARAM, Francisco José. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.
- LABAKI, Amir. **Introdução ao documentário brasileiro**. São Paulo: Francis, 2006.
- MORIN, E. **Cultura de massa no século XX**. 2007.
- MUSBURGER, Robert B. **Roteiro para mídia eletrônica**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2008.
- NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus, 2005.

OSHIRO, Vitor Hiromutsu Ferreira. **A Mídia e a Violência Sexual contra crianças e adolescentes: Análise do Caso Sandro Fernandes**. 2012. 31 f. Especialização (Pós-graduação) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2012.

PASSOS, Rogério Duarte Fernandes dos . **O "Caso Escola Base" Revisitado: Leviandade, Ética e Liberdade de Imprensa**. Cadernos Jurídicos: Curso de Direito UNISAL Campinas, v. 2, p. 77-97, 2011.

PORTO, M. S. G. **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea**. Revista Sociologias, Porto Alegre – RS, v. 8, jul./dez. 2002. p. 152-171.

PUCCINI, Sérgio. **Roteiro de documentário**. Campinas: Papirus, 2009.

ROTHBERG, D. ; BERTI. P. L. B. **Políticas públicas e direitos de crianças e adolescentes: o papel da mídia na expansão da cidadania**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 7, n. 237-248, 2010.

SOARES, Murilo César. **Jornalismo e cidadania, em duas abordagens. Trabalho submetido ao Grupo de Trabalho “Estudos de Jornalismo”, do XVII Encontro da Compós**, na UNIP, São Paulo, SP, em junho de 2008. Disponível em

SODRÉ, Muniz. **Existe uma consciência ética na imprensa?** In: PAIVA, Raquel (org.). **Ética, liberdade e imprensa**. Rio de Janeiro, Mauad, 2002.

TRAQUINA, N. **As teorias do jornalismo**. In: Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são. Editora Insular. Florianópolis, 2004. Págs. 145-204

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro

RÉUS DA AUDIÊNCIA A COBERTURA DO CASO SANDRO FERNANDES

ROTEIRO DE MONTAGEM VERSÃO ÚNICA - 29/10/2012

**de Marina R. Crespo
e Mariana M. Maginador**

CENA 1 - FRASE DE ABERTURA

"Só existem duas maneiras de fazer carreira em jornalismo. Construindo uma boa reputação ou destruindo uma." - Tom Wolfe, jornalista e escritor.

CENA 2 - NOTÍCIA DA RECORD: CASO SANDRO FERNANDES

Ana Paula Padrão, âncora da TV Record, noticia o caso de Sandro. A imagem é passada dentro da arte da televisãozinha para diminuir o impacto da baixa qualidade da imagem, que foi retirada de arquivo digital da emissora.

VÍDEO "Filha acusa pai de pedofilia" – inteiro

Deixa inicial: "Uma jovem, Celso, de 18 anos..."

Deixa final: "... o advogado de Sandro diz que ele espera ser chamado para depor".

CENA 3 - IMAGENS DE NOTÍCIAS DE SANDRO NOS JORNAIS

Diversas notícias sobre o caso vão passando, de forma acelerada, para simbolizar a enorme quantidade de material publicado pelos jornais de Bauru, no caso o Bom Dia e o Jornal da Cidade (JC).

TEXTO 1 - LOCUÇÃO FEMININA

No dia 27 de setembro de 2011, o suposto caso de pedofilia cometido por Sandro Fernandes contra alguns de seus familiares era noticiado com destaque em praticamente todos os jornais da cidade de Bauru.

CENA 4 - JORNALISTAS COMENTANDO SOBRE A RECEPÇÃO DA NOTÍCIA

Dois jornalistas, Cristina Camargo, do Bom dia, e Denilson Mônico da Tv Tem, comentam sobre como receberam a notícia de Sandro.

CRISTINA - 9'42" a 9'54": fala que foi assustadora a notícia de Sandro e que, a princípio, não acreditou que pudesse ser ele.

DEIXA INICIAL: "Foi muito assustador, acho que demorei umas 2 horas para assimilar..."

DEIXA FINAL: "...até que você tem que ir aceitando que é mesmo."

DENILSON - 17'39" a 18'13": fala como Sandro era muito bem conceituado na cidade de Bauru por seus trabalhos no Sindicato dos Servidores e dos Bancários.

Deixa inicial: "O dr. Sandro era até fonte nossa..."

Deixa final: "...era conceituadíssimo na cidade."

CENA 5 - VALOR-NOTÍCIA

São mostradas definições de valor-notícia e seus critérios, dentro da arte da televisão. Depois, João Jabbour, do Jornal da Cidade, comenta que o caso Sandro foi tão explorado devido à sua faceta pública, ou seja, valor-notícia.

TEXTO 1 - LOCUÇÃO FEMININA

Valor-notícia: é um valor subjetivo que determina a importância que um fato ou acontecimento tem para ser noticiado.

Alguns dos critérios de valor-notícia são:

Negatividade: as más notícias vendem mais do que boas notícias.

Notoriedade: quanto maior for a celebridade ou importância hierárquica dos indivíduos envolvidos no acontecimento, maior valor-notícia terá.

JOÃO - 31'31" a 31'59": comenta sobre Sandro ter concorrido para vereador e prefeito em Bauru e, por isso, ele assumiu uma faceta pública.

Deixa inicial: “Bem, eu preciso dizer em primeiro lugar que o Sandro, mais do que fonte...”

Deixa final: “... até por força legal.”

CENA 6 - REPERCUSSÃO DO CASO EM BAURU

Mostra imagens de jornais espalhados pela mesa sobre o TEXTO 1.

TEXTO 1 - LOCUÇÃO FEMININA

Assim aconteceu. Notícias de que o famoso advogado de Bauru supostamente teria abusado de menores de idade integrantes de sua família foram publicadas quase que diariamente até o final de 2011, durante três meses após a divulgação do caso.

CENA 7 - REPERCUSSÃO DO CASO EM ÂMBITO NACIONAL

Imagens de alguns dos jornais e programas apresentados nacionalmente. Na sequência: Jornal Hoje, Jornal Nacional, Fantástico e Mais você.

TEXTO 1 - LOCUÇÃO FEMININA

A notícia foi parar até em rede nacional. Foi veiculada no Jornal Hoje, Jornal Nacional e até em programas como Fantástico e Mais Você, da Ana Maria Braga.

CENA 8 - QUESTIONAMENTO JORNALÍSTICO

Uma montagem feita com um desenho de jornal, mostra em escrito a pergunta da locução com dois grandes pontos de interrogação. Depois os entrevistados comentam sobre o a espetacularização da notícia.

TEXTO 1 - LOCUÇÃO FEMININA

Em que ponto a notícia deixa de ser notícia para se tornar espetáculo?

ARNALDO - 16'39" a 16'59"/19'32" a 20'10": Comenta de jornalistas que plantam notícia esperando reação do público. Dá o exemplo do caso Sandro em que os jornais querem filmar o Sandro chegando em todas as audiências, sendo que está em segredo de justiça e não há nada para noticiar.

deixa inicial: “A preocupação que eu tenho, é quando você jogar uma situação...”

deixa final: “...olha foi o cara que fez isso...”

VITOR - 9'49" A 10'52": Sensacionalismo nos jornais.

deixa inicial: “Na minha pesquisa eu acredito que a quantidade...”

deixa final: “... coisas até desagradáveis de ver.”

CENA 9 - CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS

Primeiramente é passada uma imagem do código de ética dos jornalistas brasileiros, no qual é lido o artigo 4o, que fala sobre as obrigações dos jornalistas, como boa apuração e cuidado na divulgação da notícia. Em sequência, imagens de Vitor

falando sobre superficialidade da cobertura, da pouca quantidade de fontes, e criticando as capas sensacionalistas do Bom dia. Troca para Cristina Camargo que fala sobre a abordagem de seu jornal (Bom dia) e das capas que não gostou. Muda para Vitor, que dá mais exemplos de capas sensacionalistas. Volta para Cristina que defende que essas capas são necessárias e educativas.

TEXTO 1 - LOCUÇÃO FEMININA

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros

Capítulo II - da conduta profissional do jornalista

Artigo 4º O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação.

VITOR - 7'41" a 8'11" / 8'17" a 8'39": Singularidade de fontes e superficialidade da cobertura. Fala que a exploração do caso é estratégia de venda, mas que pode ser prejudicial.

Deixa inicial: "O que se destacava era isso, era uma cobertura extremamente factual..."

Deixa final: "... cria um pré-julgamento, e tudo o mais."

CRISTINA - 12'16" a 12'50": Abordagem do bom dia e das capas que ela não gostou

Deixa inicial: "Eu acho que as informações, eu acho que foram corretas..."

Deixa final: "... por que que não ia revelar nesse?"

VITOR - 6'20" a 7'25": Capas sensacionalistas e questionáveis.

Deixa inicial: "O dia que eu considero como o ápice jornalístico..."

Deixa final: "...foram capas bastante questionáveis essas aqui..."

CRISTINA - 13'27" a 13'57": Ela não critica capas do Bom Dia e acha algumas educativas.

Deixa inicial: "Esse é o estilo do jornal que ele continuou..."

Deixa final: "... isso eu não critico não."

CENA 10 - A IMPARCIALIDADE

Imagem do artigo 9º do código de ética dos jornalistas é mostrada, o artigo fala sobre a devida presunção da inocência pelos jornais. Arnaldo comenta que um jornal pode elevar ou destruir uma pessoa, por isso deve ser tomado cuidado. Corta para o trecho em que ele diz que foram os primeiros a abordar o lado de que Sandro poderia ser inocente, fazendo entrevistas que depossem a favor dele.

TEXTO 1 - LOCUÇÃO FEMININA

Art. 9º A presunção da inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística.

ARNALDO - 10'56" a 11'14" / 13'54" a 14'46": O poder do jornal de elevar ou destruir uma pessoa. Fala que foram os primeiros a considerar que Sandro poderia ser inocente.

Deixa inicial: "Quando você coloca o nome de uma pessoa..."

Deixa final: "... o caso ainda está em andamento."

VÍDEO "Caso Sandro Fernandes, Entrevista com o Irmão" - Notícia da Record em que pela 1ª vez ouvem o outro lado - 0'00" a 0'32 / 7'46" a 10'23"

Deixa inicial: "Novos depoimentos podem provocar, com toda a certeza, ..."

Deixa final: "... avaliação do imóvel dos pais na ausência deles."

CENA 11 - EXPLORAÇÃO DA IMAGEM DA CRIANÇA

Artigo do código de ética que fala sobre o direito ao respeito das crianças (Art. 17). Passa imagem do filho de Sandro dando entrevista na TV. Corta para Sandro comentando que seu filho está sendo massacrado. Após estas cenas, João comenta da preocupação com o menor e todos os cuidados tomados pelo jornal.

TEXTO 1 - LOCUÇÃO FEMININA

Estatuto da Criança e do Adolescente

Artigo 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

VÍDEO (Sander dando entrevista) 0'34" a 0'59"

Deixa inicial: "Preste atenção nestas palavras..."

Deixa final: "...é o próprio pai."

VÍDEO (Sandro Fernandes é transferido) - 1'01" a 1'32": "meu filho está sendo massacrado"

Deixa inicial: "... ele relutou em falar com a nossa reportagem..."

Deixa final: "... ele não quer se manifestar..."

JOÃO - 35'33" a 38'32"

Deixa inicial: "...o nome dos menores nós não divulgaríamos mesmo..."

Deixa final: "...mas não tiveram muito esse cuidado no início e depois ficou tarde."

Imagem de página do Jornal da Cidade, com foto do Sandro: "Vítima aciona Justiça e pede indenização contra advogado"

CENA 12 - CASO ESCOLA BASE

Aqui o caso da Escola Base será lembrado. Sobre o texto serão usadas as imagens: baixa resolução com suporte na arte de TV de apresentadores da televisão brasileira; alta resolução dos jornais bauruenses que cobriram o caso; baixa resolução do Caso Sandro e Caso Escola Base. Em baixa resolução com suporte na arte de TV de matéria realizada pela Rede Record, veiculada no JR News, sobre os 18 anos completos do Caso Escola Base. Paulo Ranieri, jornalista que fez documentário sobre o Caso Escola Base, comenta sobre o assunto. Depois é mostrada a imagem do delegado afirmando que o inquérito é a prova.

TEXTO 1 - LOCUÇÃO FEMININA

Essa não é a primeira vez na história do jornalismo brasileiro em que os meios de comunicação, na ânsia por explorar uma notícia, levam o seu público a um pré-julgamento de casos enquanto estes ainda estão correndo na justiça. Essa superexposição dos envolvidos é prejudicial, principalmente se estes forem considerados inocentes depois do julgamento.

VÍDEO "O caso escola base 18 anos depois" 0'00" a 0'18"/ 4'15" a 4'43": Imagens de reportagem da Record explicando o que foi o caso Escola Base.

PAULO 7'13" a 7'55" / 8'08" a 8'32": Imprensa erra em buscar furo, agravante da fonte oficial. O maior problema foi a declaração do delegado de que o inquérito era a prova e os jornalistas não foram pesquisar.

Deixa inicial: "A imprensa, ela tem essa tendência a errar quando busca o furo..."

Deixa final: "...e aí é um erro em cadeia."

VÍDEO "Doc Escola Base" - 6'17" a 6'27": delegado falando que o inquérito é a prova

CENA 13 - A DELEGADA

Aqui traçamos um paralelo entre o delegado do Caso Escola Base e do Caso Sandro Fernandes, já que os dois tiveram a postura de afirmar que os indiciados são culpados após o inquérito. Sobre o texto, usar imagens da delegada e da delegacia da mulher. Após o texto de introdução, mostrar imagem de reportagem publicada no Diário do Povo em que Priscila (delegada) afirma a culpa de Sandro e Fernanda. Cristina Camargo acha que a delegada só falou porque tinha certeza, e que não via problemas nisso. Vitor fala que a postura da delegada foi incomum.

TEXTO 1 - LOCUÇÃO FEMININA

No caso Sandro Fernandes, a delegada Priscila Bianchini da delegacia de defesa da mulher, responsável pelo inquérito do caso, declarou em entrevista coletiva que acreditava que

Sandro Fernandes e sua esposa seriam culpados pelo crime.

TEXTO 2 - LOCUÇÃO FEMININA

“Os relatos são harmônicos, é uma família inteira envolvida, tem pessoas de fora da família que deram depoimento também. Isso é fundamental para a minha convicção em denunciar”, explica. “Tenho convicção de que os dois indiciados são autores do crime”, finaliza.

(IMAGEM - declaração da delegada na reportagem)

CRISTINA - 5'48" a 6'20": a delegada falou porque tinha certeza

Deixa inicial: “Eu acho que ela falou depois que ela tinha certeza...”

Deixa final: “... os cuidados que um caso desse merece.”

CENA 14 - ISABELLA NARDONI

O caso da Família Nardoni é lembrado. Sobre o TEXTO 1 usar imagens no início da Escola Base e termina com imagens dos Nardoni. Arnaldo comenta sobre excessos cometidos no caso Isabella.

TEXTO 1 - LOCUÇÃO FEMININA

Mas não é apenas em casos em que os suspeitos são julgados inocentes que a superexposição da mídia é prejudicial. Até mesmo naqueles em que os indiciados são considerados culpados, o excesso cometido pelos jornais e noticiários pode atrapalhar a credibilidade de seus profissionais tanto quanto do julgamento. O caso de Isabella Nardoni, morta em 2008, foi um desses excessivamente explorados pela mídia.

ARNALDO - 21'37" a 22'30": Jornalistas cometeram excessos no caso Isabella Nardoni

Deixa inicial: “Eu gostaria de pontuar assim, que a imprensa de uma maneira geral...”

Deixa final: “...de vender mais jornal, de vender mais revista...”

CENA 15 - SANDRO FERNANDES X ALEXANDRE NARDONI

Aqui é feito um paralelo entre os dois casos, já que Sandro chegou a ficar na mesma penitenciária que Alexandre. Capa do Bom Dia afirma que os dois estavam na mesma cela, mas na verdade eles não chegaram a se encontrar. Colocar imagem da capa sobre TEXTO 2.

TEXTO 1 - LOCUÇÃO FEMININA

Por coincidência, tanto o caso de Sandro Fernandes como dos Nardoni se cruzaram. Após o advogado ter sido preso, ele foi transferido para a penitenciária de Tremembé, a mesma em que Alexandre Nardoni se encontra preso. A imprensa não ignorou esse fato, e uma capa do jornal Bom Dia chamou a atenção.

TEXTO 2 - LOCUÇÃO FEMININA

A capa mostra Sandro de Frente com Alexandre. E a manchete é explícita: “Na Cela com Nardoni”. Fomos averiguar o fato e descobrimos que Sandro não estava realmente na mesma cela que Alexandre. Eles nem chegaram a se encontrar.

CENA 16 – PONTOS POSITIVOS DO JORNALISMO

É feito o questionamento se o jornalismo só teria pontos negativos. Luiz Egypto comenta que a imprensa não é o pior dos mundos, e que apesar dos problemas,

tudo é uma grande lição. João também assume os erros cometidos pelos jornais no caso Sandro. Arnaldo fala sobre papel do jornalista.

TEXTO 1 – LOCUÇÃO FEMININA

Mas será que o jornalismo é tão ruim?

LUIZ – 7’20” a 7’52” / 3’58” a 4’10” / 4’42” a 5’00” / 5’17” a 5’54” / 29’46” a 30’39”:
Fala que o jornalismo não é o pior dos mundos e que, apesar do exemplo execrável da Escola Base, ao menos uma grande lição foi aprendida. Diferença entre interesse público e interesse do público.

Deixa inicial: “A imprensa tende a melhora...”

Deixa final: “... daí deriva boa parte do fascínio da profissão.”

JOÃO – 40’14” a 42’55” / 44’57” a 45’39”:
Assume erro dos jornais, mas diz que não devemos julgar um jornal inteiro por um episódio.

Deixa inicial: “Eu acho que o fato de ter ganhado muito destaque...”

Deixa final: “...da coerência ao longo de um certo período.”

ARNALDO – 28’15” a 29’40”:
É importante checar, é o papel do jornalista.

Deixa inicial: “Eu não sou nenhum Robin Hood da notícia...”

Deixa final: “...eu fiz o meu papel.. é isso”

CENA 17 – CONCLUSÃO/ CENA FINAL

Aqui concluímos que o documentário foi feito pela discussão. Sobre este texto, passamos imagens de outros casos sensacionalizados, na ordem: Xuxa (sobre pedofilia), João Hélio, Eloá, Massacre do Realengo e Greve de Estudantes da USP.

TEXTO – LOCUÇÃO FEMININA

Há quem diga que toda essa discussão sobre casos que são extremamente explorados pela mídia, só alimenta o sensacionalismo. Mas também há quem acredite, como nós,

que fatos como esses devem, sim, ser discutidos. Sem o debate, não há a reflexão, por mais doloroso que possa ser.

LUIZ – 22’20” a 23’05”: visão de futuro otimista

Deixa inicial: “Minha visão de futuro é sempre otimista...”

Deixa final: “...nos somos partícipes dele.”

APÊNDICE B - Roteiro de perguntas Caso Escola Base

- O que particularmente chamou a atenção do grupo no caso escola base que os levou a filmar o documentário, procurar as vítimas?
- Como foi a repercussão do documentário na época? Já que vocês escancararam os erros da imprensa...
- Como foi a produção e o contato com os envolvidos?
- Dos jornalistas entrevistados no documentário, algum chegou a cobrir o caso? Conseguiram falar com o Gilberto Smaniotto?
- Durante a apuração para o documentário e na visão do grupo, a mídia foi a maior culpada na “pré-sentença” do caso? Ou você acredita que a situação envolveu também a posição tomada por outros envolvidos como, Boris Casoy citou no documentário, o delegado e as mães?
- Na sua opinião, qual foi o maior pecado da imprensa?
- Como você enxerga a postura da mídia diante de casos como a pedofilia, entre outros ditos “polêmicos”?
- Você acredita que atualmente, depois desse caso e do próprio documentário de vocês, que escancarou a situação, a mídia mudou sua postura?
- Você acredita que os envolvidos vão se recuperar algum dia? Você acompanha os processos judiciais? Sabe como está a situação dessas vítimas?

APÊNDICE C - Roteiro de perguntas gerais

- Como a redação soube da investigação? Como o fato foi recebido pelos profissionais?
- A abordagem foi discutida previamente às entrevistas/gravações?
- Como editor (dependendo do entrevistado), qual foi seu papel sob este aspecto?
- Por que a mídia deu tanta visibilidade para o caso? Pela figura do Sandro na cidade ou mais pelo apelo que o tema tem?
- Existe uma linha tênue entre uma cobertura completa e imparcial e uma cobertura que mais parece um show... Como fugir da espetacularização de um caso?
- Como você enxerga a cobertura da mídia local no Caso Sandro Fernandes? Foi parcial/imparcial?
- Pedofilia e outros crimes que envolvem violência contra crianças são temas delicados, fugindo um pouco do caso abordado e voltando ao episódio da Escola Base (1994), onde você estava trabalhando como profissional? Acredita que o caso mudou a postura da mídia?
- O que esperar da imprensa quando sair o julgamento? Mesmo espaço? Ênfase?

APÊNDICE D - Roteiro de perguntas destinadas a Luiz Egypto

A princípio devemos explicar como se deu a ideia do documentário em detalhes;

- Qual a importância do Observatório da Imprensa no jornalismo atual? Qual é o papel deste meio de comunicação aberto?
- Como o senhor enxerga a relação entre mídia e justiça? Há uma dependência entre elas?
- Em algum de seus artigos, já abordou essa questão?
- Como o senhor enxerga o Caso Escola Base (1994)? Como muitos críticos, acredita que foi um fator decisivo para a mudança de postura da mídia diante de casos delicados?
- Como você enxerga a postura da mídia diante de casos como a pedofilia, entre outros ditos “polêmicos”?
- Como enxerga a cobertura dada ao caso da família Nardoni?
- E a postura atual da mídia apoiada nas plataformas digitais e redes sociais?

ANEXOS

ANEXO A – Arte abertura

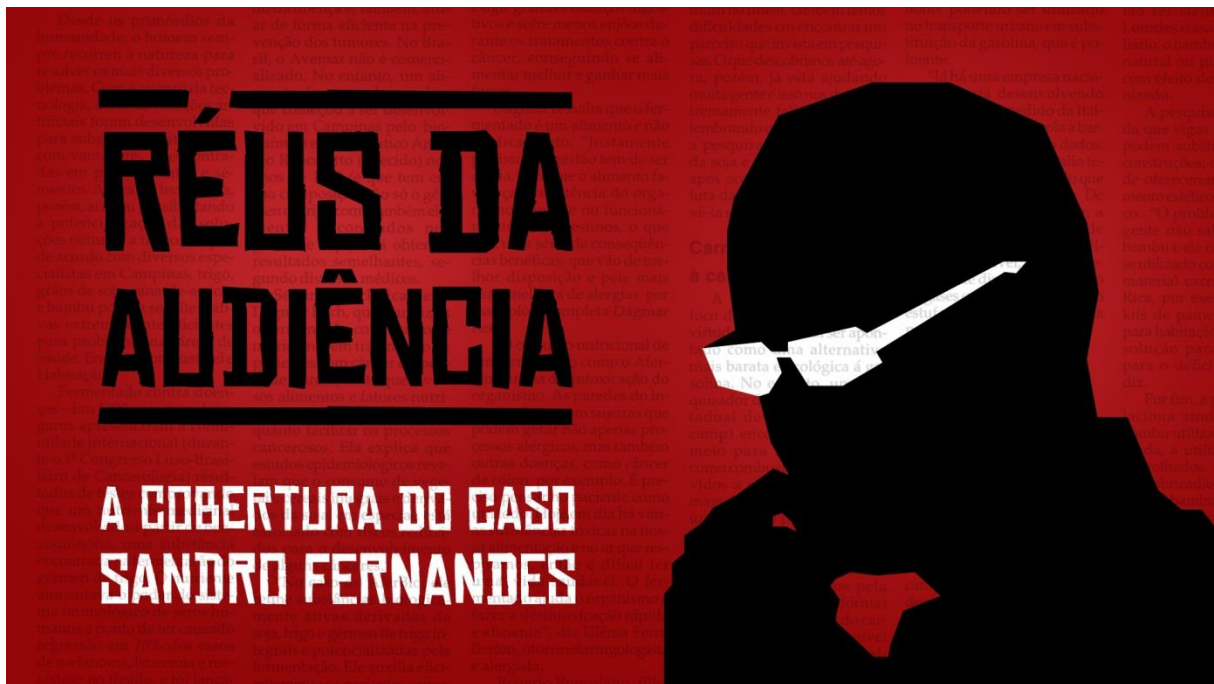


Figura 2 - Arte produzida por Carlos Henrique Cunha

ANEXO B – Arte TV

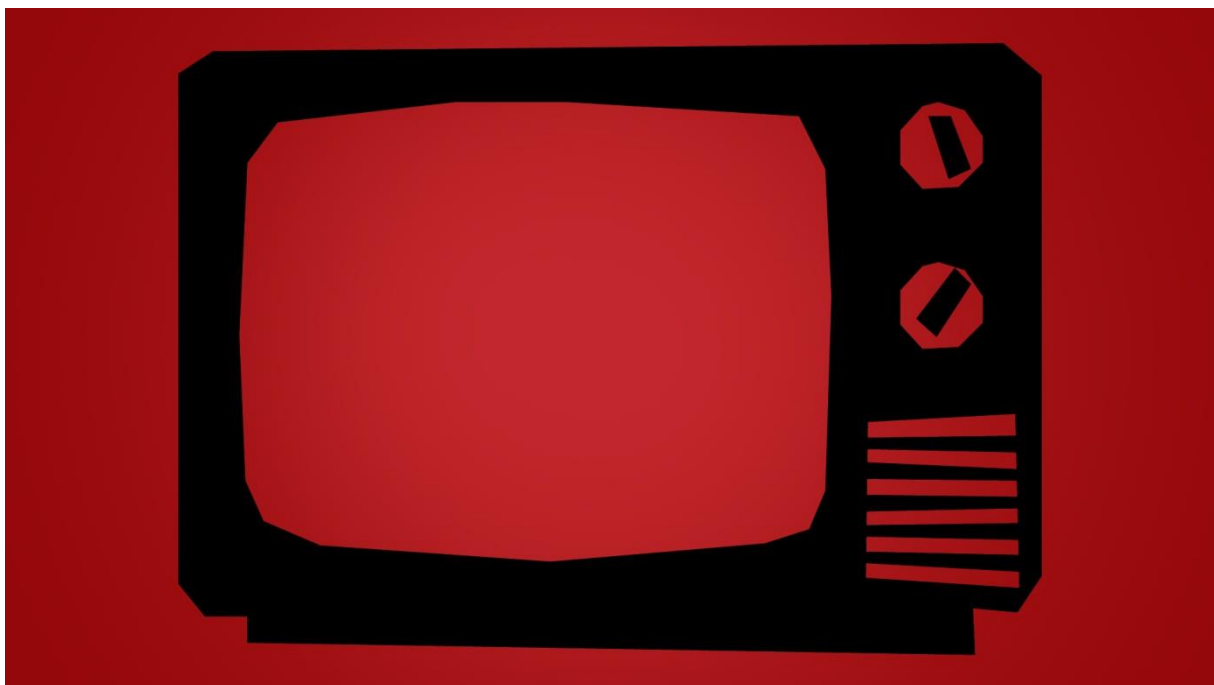


Figura 3 - Arte produzida por Carlos Henrique Cunha